

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE ATENÇÃO A CRIANÇAS E**  
**ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

**LUCAS AVILA**

**AS AÇÕES DE COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR PREVISTAS NOS PPPs DAS**  
**ESCOLAS DE SÃO BORJA**

**SÃO BORJA**

**2021**

**LUCAS AVILA**

**AS AÇÕES DE COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR PREVISTAS NOS PPPs DAS  
ESCOLAS DE SÃO BORJA**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Especialização em Políticas de atenção a crianças e adolescentes em situação de Violência da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista.

Orientadora/o: Prof<sup>a</sup>. Dra. Monique Bronzoni Damascena

**SÃO BORJA**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A958a Avila, Lucas  
AS AÇÕES DE COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR PREVISTAS NOS PPPs  
DAS ESCOLAS DE SÃO BORJA / Lucas Avila.  
22 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)--  
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE  
ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2021.  
"Orientação: Monique Bronzoni Damascena".

1. Escola. 2. Prevenção. 3. Violência. 4. Reconstrução. I.  
Título.

**LUCAS AVILA**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PREVENÇÃO AO BULLYING NO  
MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Políticas de atenção a crianças e adolescentes em situação de Violência da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em em Políticas de atenção à crianças e adolescentes em situação de Violência.

Dissertação defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monique Bronzoni Damascena

Orientadora

(Unipampa)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Hartemink Cantini

(Unipampa)

---

Prof Me Peterson Ayres Cabelleira

(35<sup>a</sup> Coordenadoria Regional de Educação e Escola Municipal Vicente Goulart)

[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=667918&infra\\_...](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=667918&infra_...) 2/2



1/2

13/10/2021 11:59 SEI/UNIPAMPA - 0605130 - SISBI/Folha de Aprovação

Assinado eletronicamente por **PETERSON AYRES CABELLEIRA, Usuário Externo**, em 02/09/2021, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/09/2021, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ADRIANA HARTEMINK CANTINI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/09/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0605130** e o código CRC **60EC7333**

## AS AÇÕES DE COMBATE A VIOLÊNCIA ESCOLAR PREVISTAS NOS PPPs DAS ESCOLAS DE SÃO BORJA

Lucas Avila<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a existência de ações de prevenção a violência em âmbito escolar, identificando a presença de elementos normativos nos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas de Ensino Fundamental do Município de São Borja. A análise realizada nos documentos municipais, compilou dados sobre a problemática enfatizada e, paralelamente, à revisão bibliográfica objetivando a importância de projetos, ações e prevenção de situações de violência. Além disso, foi possível observar a falta de clareza na especificação da temática, carência de elementos relacionados ao atendimento/identificação de sujeitos que se encontram nesse contexto e a sua inserção entre o meio social e escolar. Dessa forma, a cada nova reconstrução do documento novas oportunidades podem ser abordadas, oferecendo alternativas reais de trabalho em rede, enfatizando a relevância da atuação de profissionais no âmbito escolar, familiar e social, valorizando a importância dos questionamentos reconstrutivos.

**Palavras-chaves:** Escola. Prevenção. Violência. Reconstrução.

### ABSTRACT

This research sought to analyze the existence of actions to prevent violence in schools, identifying the presence of normative elements in the Pedagogical Political Projects of Elementary Schools in the Municipality of São Borja. The analysis carried out in municipal documents, compiled data on the highlighted problem and, in parallel, the bibliographical review aimed at the importance of projects, actions and prevention of situations of violence. In addition, it was possible to observe the lack of clarity in the specification of the theme, the lack of elements related to the care/identification of subjects who are in this context and their insertion between the social and school environment. In this way, with each new reconstruction of the document, new opportunities can be addressed, offering real alternatives for networking, emphasizing the relevance of the work of professionals in the school, family and social spheres, valuing the importance of reconstructive questions.

**Key-words:** School. Prevention. Violence. Reconstruction.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Humanas e Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Latu Sensu em Políticas de atenção à criança e adolescente em situação de violência. (ECASVI).

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da estrutura educacional, no exercício da prática pedagógica, reúne vários sujeitos que se tornam fundamentais para o progresso e interação social da criança e do adolescente nas escolas. Esta estrutura reflete a cultura da sociedade e o contexto em que estão inseridos.

A atuação do professor, nesse sentido, não se limita somente a uma prática pedagógica, mas também promove uma interação social entre seus educandos, fazendo-os refletir sobre a cultura que possuem e o contexto social em que estão inseridos.

Na prática docente, na relação com crianças e adolescentes inseridos no âmbito escolar, torna-se necessário abordar essa atuação junto com a comunidade inserida no contexto escolar. Essa medida se torna necessária para a identificação das situações de violência que podem estar ocultas no convívio diário de crianças e adolescentes. Diante disso, existe a possibilidade de construir no documento orientador dentro da instituição de ensino a instrução e efetivação ligadas a efetivação dessas ações de forma coletiva.

O Projeto Político Pedagógico, firmado em potencializar a formação dos sujeitos por uma escola engajada em um ambiente social, logo visa direcionar os conceitos e atuações, para que tanto o aluno como professor estejam inseridos na mesma linha de construção do conhecimento e do viver em sociedade. É nessa dinâmica que as demandas e ações relacionadas, principalmente, a situações de violência devem ser construídas de forma coletiva e estarem presentes no PPP.

As informações que serão apresentadas neste artigo fazem parte da pesquisa para o trabalho de conclusão da Especialização em Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência - ECASVI, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. A pesquisa teve como objetivo apreender a base de atuação político-pedagógica do professor no atendimento com crianças e adolescentes em situação de violência nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFS de São Borja/RS; a fim de identificar a existência de projetos e/ou ações dentro do Projeto Político-Pedagógico - PPP que possam contribuir na atuação docente. A pesquisa objetivou, portanto, analisar a existência de base normativa que efetive o

atendimento de crianças e adolescentes na política educacional no município; e, a identificação e existência de ações em âmbito municipal e escolar dentro dos documentos municipais que favoreçam a atuação qualificada do professor com crianças e adolescentes em situação de violência.

A pesquisa realizada foi a documental, na qual identifica e seleciona os documentos a serem analisados por sua amostra. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 2). Para a composição do universo da pesquisa foram levantados 19 Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais de São Borja, para a amostragem foram selecionados 8 documentos escolares. Fez uso do roteiro de análise como técnica de pesquisa, seguindo a linha investigativa baseada nos objetivos da pesquisa, trazendo questões sobre os tipos de violências abordadas nos documentos, ações existentes ou não para a prevenção e o atendimento em âmbito escolar para crianças e adolescentes. Para o estudo dos documentos foi utilizado a análise de conteúdo, apresentando criticidade ao tratamento nas pesquisas realizadas. (SANTOS, 2015 apud BARDIN, 2011).

Nesse sentido, o artigo apresenta a seguinte estrutura: no primeiro momento direciona introdutoriamente para a apreensão da base legal no atendimento a crianças e adolescentes na política de educação. Após, aborda a atuação político-pedagógica do professor, no que diz respeito a sua prática no exercício da docência, bem como nas relações com a comunidade escolar por meio dos Projetos Político-pedagógicos. Visando a utilização de instrumentos que possam contribuir na busca e qualificação na prática educacional. Por último, tece considerações sobre a análise realizada nos documentos municipais, os PPPs, para apreender as estratégias político-pedagógicas de prevenção no meio escolar para crianças e adolescentes que estão em situação de violência.

## **2 A NORMATIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EDUCAÇÃO**

As formas protetivas ou de atenção à criança e adolescente como usuárias da política de Educação são apresentadas a partir da ênfase em três bases legais: a Constituição Federal - CF, de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA,



Lei nº 8.069 de 1990; e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394 de 1996.

A Constituição Federal de 1988, no art. 205º, afirma que “é direito de todos e dever do Estado e da família promover o acesso à educação” (CF/1988). A educação como direito fundamental, deve ser viabilizada pelo Estado e necessita do apoio da sociedade para sua plena efetivação.

Diante disso, o principal instrumento legal para a proteção de crianças e adolescentes é o ECA, que além de garantir a legalidade dos direitos fundamentais, enfatiza a importância da educação na formação do cidadão. Logo, desempenha um papel fundamental na efetivação das políticas educacionais para a criança e o adolescente. Com o propósito de analisar aspectos fundamentais para que a base da educação tenha ênfase, onde crianças e adolescentes tenham assegurados seus direitos previstos em lei, o ECA assegura que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Lei 8.069/90).

De acordo com Barros (2005, p. 106), antes da criação do ECA em 1990, muitos fatores deixaram em evidência o abuso e maus tratos com esses jovens. Exemplos como a “roda dos enjeitados” quando recém-nascidos eram lançados sobre um mecanismo que os tiravam das ruas e os deixavam aos cuidados de instituições de caridade, como algumas Santa Casas no Brasil, e apenas no século XIX a criança passou a ser o centro de atenção. Constata-se que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989, foi um marco que se tornou bastante significativo, partindo dessa a base para uma doutrina de proteção integral, resultando em medidas como a Cúpula Mundial de Presidentes, bem como a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, pela Lei nº 8.069/90.

A LDB, foi criada a partir de uma necessidade da CF de 1988 como norma reguladora e servindo de base geral às várias composições do meio educacional. A LDB foi sendo aprimorada à medida em que foram surgindo necessidades e temas relevantes para serem discutidos e trabalhados nos currículos escolares, como ética, saúde, orientação sexual e assuntos relacionados à vivência social desses sujeitos.

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (LDB/1996).

No período em que a LDB foi instituída, considerou-se uma nova maneira de se pensar a educação no Brasil. Dessa forma, observa-se a importância de abordar elementos que compõem a base legal da política educacional, propiciando a reflexão sobre normativas e sugestões presentes nos documentos como LDB e ECA que visam contribuir para a identificação de crianças e adolescentes em situação de violência. De acordo com o art. 4º da lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, a violência não é apresentada somente na forma física, mas também, como psicológica, sexual e institucional. (Lei 13.431/17).

Dessa forma, ao representar as normativas existentes pelas políticas educacionais, torna-se necessário a compreensão dos elementos técnicos para que essa fundamentação venha a acontecer. Isto é, o papel dos Planos Político Pedagógicos no que concerne ao atendimento à demanda sobre a violência.

### **3 O PPP COMO INSTRUMENTO PARA PREVENIR A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

O Projeto Político Pedagógico - PPP é um reflexo das bases democráticas presentes na LDB. Dessa forma, é possível compreender a união entre a proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo documento flexível pautado na qualidade, valorização do magistério e formação continuada. A fim de propiciar a liberdade de ensinar e aprender e demonstrar a igualdade tanto do ensino quanto da estrutura escolar. Logo, se torna necessário a abordagem de temas transversais relacionados à ética, respeito e atenção no planejamento político-pedagógico.

O planejamento, assim como a execução do PPP, perpassa por um amplo debate e envolvimento na comunidade escolar. Todavia, o professor desempenha papel fundamental na orientação pedagógica e política.

Com isso, o professor dentro da instituição deve perceber-se como sujeito de transformação, ou seja, crítico em relação às incongruências epistemológicas e da prática pedagógica, bem como, reflexivo, para desconstruir, por meio da práxis, uma ação social e intelectual voltada para a manipulação e submissão. (HELVIG, 2015, p. 16).

Desta relação entre a prática docente e os sujeitos, busca-se apreender como o docente pode trabalhar questões voltadas a violência e os tipos de ações estratégicas com crianças e adolescentes vítimas de violência. Nesse sentido, os documentos, bem como os projetos políticos pedagógicos são considerados ferramentas essenciais para o desenvolvimento de possíveis projetos existentes no meio escolar. O Projeto Político Pedagógico reúne propostas com ações concretas, acordadas pelo conjunto da comunidade escolar, que é espaço de formação e exercício da cidadania.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005, p. 2).

O PPP tem um papel fundamental na efetivação e funcionamento de uma instituição de ensino. Pode-se atribuir a sua funcionalidade equiparado a um manual para desenvolvimento de ações previstas de acordo com a necessidade e a estrutura física e social da escola. Para o autor citado, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.

O projeto também deve atender as necessidades pedagógicas e os planos educativos referentes ao ensino aprendizagem dos alunos. Tal documento serve para dialogar com as ações do dia a dia da escola, tendo partes essenciais como a missão dela, sua caracterização e seus planos de ações e projetos que atendam a realidade da comunidade.

A efetivação de projetos e ações instaurados no ambiente educacional tem em seu desenvolvimento grande participação do professor e da gestão escolar,

entendendo como parte da construção de elementos que possam aproximar o aluno do meio e do convívio social. Assim, por trás desta prática se estabelece uma grande diversidade de elementos antropológicos, filosóficos, epistemológicos e psicológicos, que vão ultrapassar a grande diversidade disciplinar existente, que em suas fundamentações buscam a organização e a apropriação dos conhecimentos.

Uma das principais evidências dentro das organizações dos componentes curriculares é a dialética, que é utilizada para a compreensão dos próprios fenômenos da realidade que estão se interagindo entre si, não estando isolados e participando da transversalidade existente. Assim, é possível compreender a análise de um indivíduo com os diversos outros que existem, não se limitando a um sistema que visa ser compreendido apenas fragmentando suas partes.

Torna-se relevante a existência de professores reflexivos no exercício da docência, que sentem a necessidade de procurar uma melhora significativa nas especializações de suas formações. A atuação prática do professor está baseada na construção de um processo de identidade, com grande complexidade e que engloba várias nuances que não somente se referem a ele, mas que também fala a cada um de seus alunos como indivíduos singulares. Sendo assim, o docente tem justamente o papel de desenvolver no aluno a evolução e a valorização de seus feitos, estando elas pautadas no planejamento das aulas e também na prática educacional.

Diante de possíveis análises percebe-se que as mudanças na formação docente acompanham de certa forma as mudanças na sociedade, relacionadas às novas demandas sociais e suas complexidades. Com isso, torna-se relevante relacionar a prática pedagógica do professor e a participação em documentos construídos nas escolas, bem como projetos e orientações a serem seguidas no exercício da docência.

A ideia-chave do projeto é, então, de unidade e considera o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa. A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades. Para que a escola seja espaço e tempo de inovação e investigação e se torne autônoma é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação. (VEIGA, 2009, p. 165).

Dessa forma, o PPP vem propor uma construção de um ambiente coletivo de ensino e aprendizagem, acreditando na participação da equipe diretiva, comunidade escolar estando atenta às demandas da escola e sendo possível trabalhar temas transversais, inclusive a questão da violência relacionada a crianças e adolescentes.

A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades. Para que a escola seja espaço e tempo de inovação e investigação e se torne autônoma é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação. (VEIGA, 2009, p.165).

Uma preocupação que deve ser levada em conta, é a necessidade de se discutir temas relacionados à prevenção, e cuidados na identificação desses sujeitos em situação de violência quando inseridos na comunidade escolar, obtendo maneiras de reatar laços sociais e propor momentos de reflexão a partir da prática docente, notando que esse profissional está em contato direto com o sujeito.

Uma das alternativas existentes dentro da legalidade do ambiente educacional é a utilização de documentos que contemplem a união de ideias, planos, projetos e posteriormente ações que possam ser efetivadas. Em contrapartida, o Projeto Político Pedagógico serve para normatizar e embasar os procedimentos definidos pela escola. Vale lembrar que, deve constar nos PPPs atos que envolvam o ambiente escolar em sua totalidade.

#### **4 OS PPPs NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO BORJA E AS AÇÕES DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Baseada nos objetivos específicos do trabalho, as questões elencadas para analisar os Projetos Político-Pedagógico - PPP das escolas contemplaram as seguintes temáticas: violência; atendimento; inserção no meio social e escolar de crianças e adolescentes em situação de violência; e, a efetivação de ações e/ou projetos previstos nesses documentos.

As escolas<sup>2</sup> selecionadas fazem parte do meio rural e urbano, estando localizadas na sede da Secretaria Municipal de Educação, do município de São Borja. E, também, do turno integral da educação básica do município. A Figura 1, destaca a divisão das escolas selecionadas para a amostra da pesquisa por localidade, sendo que 13%, total de 1 escola, está localizada no interior, zona rural do município, e na sede 87%, 7 escolas que estão divididas por zona e atuação em turnos.

Os critérios para a seleção da amostra, para escolas que estão localizadas na sede foram o funcionamento em turno integral, número de alunos, localização na periferia da cidade, possuir a Educação de Jovens e Adultos - EJA, atendimento à crianças em situação de vulnerabilidade social e a qualificação profissional da equipe pedagógica.

A Escola Central Integral - ECI está localizada em área central da cidade, possuindo crianças de faixas etárias diversas e seu funcionamento acontece durante todo o dia, um quesito para escolha da instituição para pesquisa. Nessa questão, vale lembrar a importância desse tipo de escola para a comunidade, uma vez que os alunos passam a maior parte do dia na instituição.

A Escola de Periferia Integral - EPI e a Escola de Periferia Normal 2 - EPN 2 foram escolhidas devido a sua grande quantidade de alunos e sua localização em áreas periféricas da cidade, por possuir a Educação de Jovens e Adultos - EJA e, também, por ter atendimento à crianças em situação de vulnerabilidade social, como a exemplo da Escola de Periferia Normal 3 - EPN 3 e a Escola de Periferia Normal 4 - EPN 4.

A Escola Central Normal - ECN e Escola de Periferia Normal - EPN 1 foram escolhidas por suas perspectivas relacionadas ao âmbito pedagógico, tanto em qualificação profissional da equipe pedagógica, quanto no estreitamento de laços entre as próprias instituições de ensino, a exemplo da troca de experiências entre os professores e a realização de projetos com a participação dos alunos das duas escolas.

---

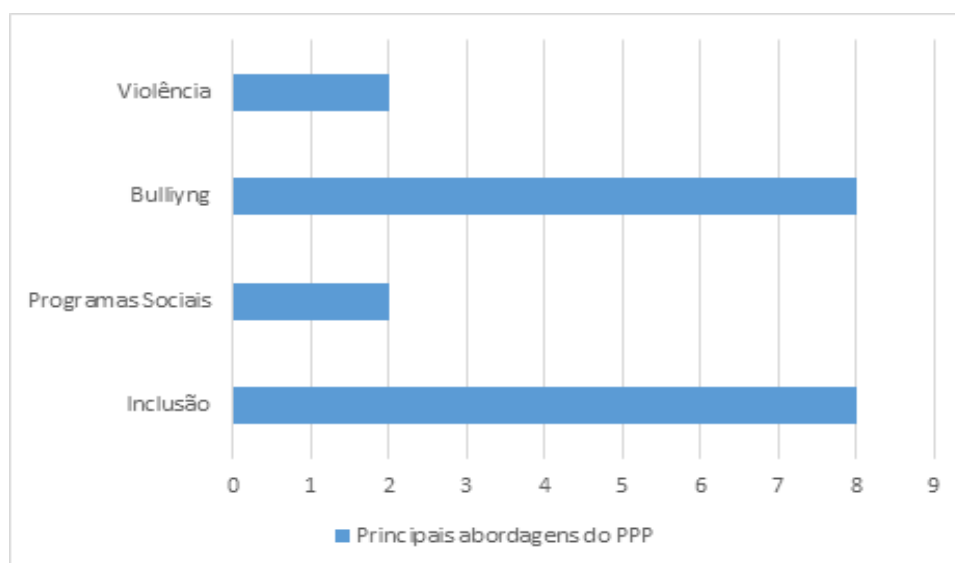
<sup>2</sup> As escolas que fizeram parte da amostra foram identificadas por siglas relacionadas às suas características físicas e estruturais, visando o sigilo da identidade dos ambientes educacionais.

A Escola Interior Normal - EIN é escola rural, tendo critérios de escolha relacionados à localidade, pois é a escola mais próxima da sede. Além de possuir um número expressivo de alunos, realiza projetos que contemplam as outras escolas rurais. Outro critério utilizado para a seleção da amostra foi o período de tempo no qual se estabeleceu a pesquisa foi baseado na gestão de direção escolar das Escolas Municipais, na qual o pesquisador possui o acesso aos locais e documentos necessários à pesquisa. O gráfico abaixo representa a divisão das instituições no meio urbano, por localidade e turno de funcionamento.

Todos os 8 documentos analisados elencam aspectos físicos do ambiente escolar, bem como o quadro técnico de professores, equipe diretiva e funcionários. De modo geral, foi possível identificar nos PPP abordagens relacionadas ao respeito e igualdade, trabalho pedagógico e prevenção a violência. A participação de projetos sociais na inserção de alunos regulares do ensino público e a inclusão de alunos com deficiência com a participação do Serviço de Orientação Educacional - SOE.

Os temas como a inclusão no ambiente escolar e *bullying* são os que mais estão presentes nos documentos analisados. Depois disso encontramos as relações de respeito e igualdade, e por fim e ainda pouco citados estão os programas sociais de apoio à criança e o adolescente e de prevenção às situações de violência, conforme a Figura 1.

**Figura 1:** Principais abordagens do Projeto Político Pedagógico - PPP



**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador.

Dentre as questões analisadas, uma das mais expostas dentro dos documentos é relacionada ao *bullying* e sua identificação como violência vivenciada por crianças e adolescentes. Não foi encontrado o conceito de violência nos documentos analisados. Somente em duas escolas existe a definição básica de *bullying* após a citação da palavra. Em quatro escolas a definição não aparece, estando a palavra relacionada somente ao projeto de prevenção previsto no cronograma escolar. Em duas escolas a palavra *bullying* está relacionada a outros elementos como desigualdade e diversidade, dessa forma diretamente ligado à sociedade. É de se entender que “a violência é um fenômeno de interação social, que independentemente de onde ocorra, pode trazer repercussões maiores ou menores, em diferentes contextos.” (OLIBONI, 2008, p. 20).

Das 8 escolas, nenhuma apresentou concepções metodológicas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de violência, tal conjuntura acaba indo além de métodos, mas sim ligada aos fatores e situações estabelecidas no contexto de análise. Assim, “muitas são as demandas sociais que podem ser encontradas no ambiente escolar, entre elas estão: o preconceito, a discriminação, desobediência, intolerância, evasão escolar, violência escolar, *bullying*, ente outros.” (FERREIRA E SILVA 2014, p.11).

Todas as escolas analisadas apresentam em seu contexto de ações e/ ou projetos a discussão que tem o *bullying* como tema abordado na realização de projetos para sua prevenção. No entanto, a EPN 1, EPI 1, ECI 1 e EPN 4 citam a palavra prevenção em seu contexto. As demais apresentam características de repreensão com a expressão “não” na temática dos projetos.

Em relação à inserção da criança e do adolescente no meio social, nota-se que o PPP da EPN 1 não responde com clareza como a criança e o adolescente são inseridos no meio social. Entretanto, o que existe é uma breve explicação do papel da educação e os possíveis resultados que ela traz para os sujeitos dentro da sociedade.

A EPI 1 afirma que “[...] no entender das relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.” (Projeto



Político Pedagógico - EPI 1, p. 18). A ECI 1 entende que “[...] abrangendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (Projeto Político Pedagógico - EPI 1, p. 12). A EPN 2 caracteriza a inserção do sujeito relacionado “[...] a valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade [...]”. (Projeto Político Pedagógico - EPI 1, p. 12).

A instituição escolar é parte da inserção social do sujeito depois da família. Segundo Ferreira e Silva (2014, p.7 apud CANIVEZ, 1991, p.33):

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra.

A exemplo da EPN 3 onde acredita que a inserção acontece de maneira que o educando possa compreender-se como sujeito coletivo, autônomo, solidário e cooperativo, no entanto não apresenta de maneira clara como acontece tal processo. O PPP da EIN, que é a escola localizada no interior do município, afirma que, promove “[...] na reflexão coletiva a explicação da compreensão das políticas do trabalho da instituição escolar [...]”. (Projeto Político Pedagógico - EIN, p. 2). A EPN 4 “identifica que a inserção quando os estudantes, ações e exercícios no campo social, cultural, esportivo e tecnológico acontecem dentro da escola e em ambientes coletivos diversificados.” (Projeto Político Pedagógico - EPN 4, p. 5), enquanto a ECN realiza a inserção pela “interação de diversas culturas em que cada cidadão constrói a sua existência e a do coletivo”. (Projeto Político Pedagógico - ECN, p. 16).

Assim, as instituições escolares em sua maioria não apresentam clareza na especificação da inserção da criança e do adolescente no meio social, visto que apresentam somente possíveis resultados do sujeito enquanto membro da sociedade e no qual gerou reflexos da vivência na escola. Nesse sentido, é

importante ressaltar que diante da união do meio escolar e social existe a possibilidade de atuação do sujeito a partir de sua própria identidade. Segundo Dayrell (1996, p. 2) essa abordagem permite ampliar a análise educacional, na medida em que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo que resgata o papel ativo dos sujeitos, na vida social e escolar.

Salienta-se ainda que, a inserção dos sujeitos nas escolas analisadas acontecem de diferentes maneiras. Vale lembrar que, cada instituição possui uma característica social própria, oriunda das demandas e da sociedade a sua volta. A EPN 1 não apresentou de forma nítida como realiza a inserção da criança no meio escolar, apenas descreve a postura que a escola desenvolve no decorrer do trabalho. A EPI 1 da mesma maneira que a escola anterior não apresenta definições objetivas, no entanto afirma as formas de vivência que o sujeito deve ter em convívio social, atribuindo valores como respeito e amor nas relações estabelecidas.

A EPN 2 não apresenta informações claras sobre o processo de inserção no meio escolar, uma vez que, cita a valorização das relações sociais, e aos projetos de vida de cada sujeito, com enfoque em sua autonomia, criticidade e responsabilidade. Já a EPN 3 enfatiza a importância da inserção da criança e do adolescente no meio escolar, “[...] de modo a contribuir para uma efetiva mudança na concepção de sociedade que transforme as injustiças sociais, o capitalismo e a competitividade em uma sociedade libertadora crítica, reflexiva e igualitária.”(Projeto Político Pedagógico - EPN 3, p. 19), enquanto na EPN 4 expõe que “[...] ao promover a permanência do estudante na escola, se cria condições de melhor aprendizado.” (Projeto Político Pedagógico - EPN 4, p. 5).

Diante disso, dá não apresentação de forma específica as definições de como fazer a inserção das crianças no meio escolar, a ECI 1 por estar inserida no contexto de ensino integral “[...] reforça a escola como um espaço de socialização, onde o aluno experimente uma vivência coletiva e formule uma concepção de mundo, de sociedade, de homem e de valorização às diferenças [...]”. (Projeto Político Pedagógico - ECI 1, p. 13). De acordo com Dayrell (1996) “apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura”. Desse modo, a

escola passa a ser um espaço reconstrutivo de elementos culturais, identitários e um reflexo de vivências coletivas de reciprocidade e um compartilhar de experiências sociais.

A inserção do sujeito no meio educacional é característica importante na acolhida e desenvolvimento das suas atividades na escola. No entanto, não existe entendimento definido quanto a forma de inserção, apenas os resultados da permanência do sujeito no âmbito escolar. Certamente, sendo necessária exposição e diálogo quanto a necessidade e a efetivação de ações que sejam diretamente ligadas ao sujeito enquanto sociedade e ele estando inserido no ambiente educacional. Por exemplo, como identificado no PPP da ECN, atuando em turno único e em área central, na qual “prevê que a inserção acontece a partir do momento que o sujeito possa estar refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade”. (Projeto Político Pedagógico - ECN, p. 17). Partindo do pressuposto em que a vivência em coletividade, essa ação agregará tanto no meio social quanto no cultural, além de servir para a construção da própria identidade do cidadão.

O ensino aplicado aos alunos dentro da escola, não é o suficiente para mudar a convivência em sociedade, é preciso muito mais do que isso, pois atrás dos muros da escola, existe um mundo muito amplo com ideologias próprias, pronto para repassar seus valores, e preparado para adequar os indivíduos conforme o seu interesse. Por isso é preciso pensar em como alcançar esses alunos também fora da escola. (FERREIRA E SILVA, 2014, p. 12).

Diante disso, entende-se que as escolas em sua totalidade não apresentam total exatidão no modo de inserção da criança e do adolescente no meio escolar. No entanto, citam os possíveis resultados esperados com o desenvolvimento das atividades escolares na vida dos sujeitos que nela estão inseridos, e assim nota-se a importância da vivência fora da escola colocando em prática os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar.

Sobre a relação existente entre o meio social e escolar, percebeu-se que, nenhuma das escolas apresentou com transparência tal compatibilidade. A EPN 1, EPN 2, EPN 3, EIN e ECN compreendem que a relação entre os meios está relacionada ao ambiente escolar, e que a partir da inserção do aluno no mesmo,

acontecendo à medida em que as atividades são desenvolvidas na escola. A EPI 1 compreende que “[...] a relação acontece ao promover uma convivência sadia e igualitária, partindo da relação entre escola e sociedade.” (Projeto Político Pedagógico - EPI 1, p. 94). Isto é, enquanto algumas entendem que a relação se desenvolve no momento em que o sujeito está dentro da escola e nela participa, a EPI 1 compreende a junção dos meios a partir de um convívio social sem distinção ou qualquer tipo de discriminação, favorecendo a base para o próprio ensino dentro da escola.

A ECI relaciona que “o trabalho coletivo e a solidariedade favorece a produção do conhecimento e a formação permanente de todos.” (Projeto Político Pedagógico - ECI, p. 13), assim seria possível estabelecer tal relação entre a sociedade e a escola. A EPN 4 acredita que “[...] incentivando a participação da comunidade no processo educacional se promove o exercício da cidadania.” (Projeto Político Pedagógico - EPN 4, p. 6). Percebe-se por meio desses PPPs que as escolas em sua totalidade não demonstram especificamente como acontece a relação dos dois meios citados, todavia, vislumbram o aluno como sujeito parte da sociedade. Logo, o trabalho desenvolvido no ambiente escolar favorece a “inserção” da criança e do adolescente no convívio social.

Todas as escolas preveem ações direcionadas para os alunos e professores, a exemplo de concepções de ensino aprendizagem. No entanto, é importante ressaltar a inclusão de ações de cunho social podendo serem realizadas a partir do ensino em sala, e também valorizando os sujeitos nela inseridos, a exemplo dos alunos e professores visto que são público-alvo da abordagem dos projetos na instituição escolar. As ações (metodologias) referentes à prevenção da violência nas instituições de ensino, são caracterizadas de formas diferentes em cada uma das escolas. A EPN 1, EPI 1, ECI não explicitam nos seus PPPs como acontece essas ações, apenas citam que para o desenvolvimento dos projetos é necessário a participação do docente, visto que, ele tem o contato mais próximo do aluno. Em contrapartida, a EPN 3 acredita que ao realizar discussões com a comunidade e família sobre a prática do *bullying* é possível diminuir tal violência no ambiente escolar.

A EIN, EPN 4 e ECN destacam a importância do desenvolvimento de um

pensamento de integração entre responsabilidade e cooperação, na busca de ações que visam diminuir o *bullying* e que ajudariam no convívio em sociedade. Nota-se que tais ações presentes nos documentos possuem relação direta com crianças e adolescentes em situação de violência. Sendo assim, mediante ao exposto, todas as 8 escolas que compuseram a amostra da pesquisa apresentaram tais projetos de prevenção como previamente estabelecidos no PPP, sendo assim a obrigatoriedade em sua elaboração e aplicação dos mesmos no educandário.

Todos os Projetos Políticos Pedagógicos - PPP analisados prevêem a instituição de ensino como responsável pelo desenvolvimento da ação de projetos relacionados a violência. No entanto, a EPI 1 e a EPI 1 fazem referência a Secretaria Municipal de Educação como participante responsável pelo desenvolvimento das ações sugeridas. Nota-se que a EPN 1, EPN 2, EPN 3 e EPN não apresentam certeza sobre ações continuadas a partir dos projetos de prevenção à violência.

Como resultados da análise, podem ser citados alguns exemplos das ações de prevenção realizados pelas escolas. Na ECI 1, com a realização de palestras com profissionais do município que abordem o assunto tratado nos projetos, entre eles o *bullying*, como parte do cronograma do educandário. A EIN realiza discussões ligadas à prática do *bullying* com toda a comunidade escolar. A EPN 4 visualiza, no apoio do professor com a comunidade escolar, a realização de um trabalho que contemple diálogo, democracia e cooperatividade para realizar projetos e palestras sobre temas transversais da atualidade, incluindo o *bullying*.

Diante do exposto, percebeu-se que, a existência de ações (palestras e discussões) e projetos sobre a prevenção ao *bullying* podem estar interligados aos temas como preconceito e outros temas transversais. Cumprindo-se o que prevê o art. 32, parágrafo 5º, da Lei de Diretrizes e Bases, que aborda a transversalidade e formação básica e cidadã da criança e do adolescente. (BRASIL, 1996). Todavia é importante salientar que, essa atribuição, de trabalhar de forma transversal os temas, não foi concebida pelas 8 escolas, mas sim por 4 instituições, e dessas apenas uma vê a possibilidade de se trabalhar o tema com outros profissionais da sociedade.

Por fim, outro elemento importante é que, nos documentos analisados, se percebe que somente a EPN 1 cita os alunos como público alvo. As demais citam

comunidade escolar, sociedade e alunos como alvo das ações e projetos sobre a prevenção a violência na escola. É possível identificar através da análise que todas as 8 escolas fazem referência ao contexto da comunidade escolar, visto que, é composta por alunos, professores e sociedade conforme apresentadas em seus documentos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa identificou a partir da revisão bibliográfica a existência de elementos legais dentro de normativas educacionais que contemplem a prevenção e o trabalho de temas relacionados à prevenção de situações de violência, como previstos na CF, ECA, e LDB.

As políticas de educação dentro de cada normativa são compostas por suas particularidades e demandas, ambas relacionadas à participação de crianças e adolescentes nos ambientes escolares, visto como garantia para esses sujeitos de direitos. Some-se a isto a análise de quais são as fases do desenvolvimento da criança e adolescente para o cuidado desses indivíduos, devendo buscar políticas de prevenção dentro da universalidade, equidade e preservação da autonomia.

Todavia é possível compreender que o PPP faz parte e tem grande importância na construção coletiva do ambiente escolar, tanto na teoria quanto no desenvolvimento da prática educacional. Ao passo que serve para normatizar e identificar ações frente a situações encontradas no cotidiano da escola. Um exemplo disso é a prevenção a violência, que somada à inclusão no ambiente escolar são os temas mais identificados nas propostas dentro dos PPPs analisados. Por outro lado, a contemplação de ações (palestras e discussões) e projetos, com seu possível desenvolvimento só irá acontecer com a participação efetiva da comunidade escolar, pois é ela quem vivencia as deficiências, os problemas e os anseios de mudança que ecoam na sociedade.

Em outras palavras, o exercício da prática docente tem a necessidade de projetos e formações que contemplem a construção de uma metodologia que favoreça o professor, no atendimento de crianças e adolescentes em situação de

violência, conforme previstos em lei na busca por melhorias nesse contato e reconhecimento dessas situações.

A análise realizada nos documentos municipais, compilou dados sobre a problemática enfatizada e paralelamente à revisão bibliográfica objetivaram a importância de projetos, ações e prevenção de situações de violência. A pesquisa não encontrou o conceito de violência nos documentos analisados. Somente em duas escolas existe a definição básica de *bullying* após a citação da palavra. Em quatro escolas a definição não aparece, estando a palavra relacionada somente ao projeto de prevenção previsto no cronograma escolar. No entanto, todas as escolas analisadas apresentam em seu contexto de ações e/ ou projetos a discussão que tem a prevenção à violência como tema de abordagem.

Além disso, a exemplo da caracterização estrutural do PPP, identificamos a falta de clareza na especificação sobre a violência e a carência de elementos relacionados ao atendimento/identificação de sujeitos que se encontram em conjunção de violência, bem como, a relação existente entre o meio social e escolar. Desta forma, nenhuma das escolas apresentou com transparência tal compatibilidade, também não apresentam especificação da inserção da criança e do adolescente no meio social, visto que apresentam somente possíveis resultados do sujeito enquanto membro da sociedade e no qual gerou reflexos da vivência na escola.

Em contrapartida, com as construções desses projetos de forma multiprofissional, acredita-se que a participação de outros profissionais como psicólogos, médicos, assistentes sociais, psicopedagogos viriam a abranger sugestões, ideias e possibilitar o aprimoramento nas construções desses documentos. Possivelmente oferecendo um apoio significativo a escola, uma vez que seu papel é educar e propiciar a construção do conhecimento, mas cabe aos órgãos públicos ter a função e o dever de trabalhar em conjunto com o meio escolar.

Dessa forma, o trabalho estaria sendo fortalecido a cada nova reconstrução do documento, não gerando custos extras ao município, mas oferecendo alternativas reais de trabalho em rede. Sendo assim, o planejamento de ações entre Secretaria de Educação e as escolas municipais poderiam enfatizar a importância da atuação

de profissionais no âmbito escolar, familiar e social, valorizando a importância dos questionamentos reconstrutivos.



## REFERÊNCIAS

BARROS, Nívea Valença. **Violência Intrafamiliar contra a criança e adolescente**. Trajetória histórica, políticas, sociais, práticas e proteção social. 2005.248 f. Tese (Doutorado em Psicologia Forense). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6501/6501\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6501/6501_1.PDF). Acesso em 17 de Setembro de 2020.

BRAGA, Luiza de Lima. EBERT, Guilherme. LISBOA, Carolina. **O fenômeno bullying ou vitimização entre pares na atualidade: definições, formas de manifestação e possibilidades de intervenção**. Contextos Clínicos, 2(1):59-71, janeiro-junho 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/4914>. Acesso em 23 de Novembro de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Publicado no DOU de 22.11.1990

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266). Acesso em: 06 maio de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 agosto de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: Acesso em: 18 de agosto de 2021..

DAYRELL, J. **A escola como espaço sociocultural**. In: Dayrell, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. Disponível em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2021.

DE OLIVEIRA, Thalissa Corrêa. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Interdisciplinar de Direito, [S.l.], v. 10, n. 2, out. 2017. ISSN 2447-4290. Disponível

em: <<http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/173>> . Acesso em: 01 maio 2019.

FERREIRA, José Tarcísio. SILVA, Luis Gustavo Moreira da. **O papel da escola e suas demandas sociais**. Periódico Científico Projeção e Docência, v.5, n.2, dez. 2014. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>. Acesso em 07 de abril de 2021.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O Estatuto da criança e do adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação**. 2004. 223 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92222>>. Acesso em 09 de abril de 2019.

HELVIG, Carlos Henrique Martins Torra. **O Projeto Político Pedagógico como elemento integrador da formação continuada de professores da educação básica**. EDUCERE- XII Congresso Nacional de Educação. Curitiba,PR. 2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17617\\_7502.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17617_7502.pdf). Acesso em 06 de julho de 2020.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. CIAIQ2015, v. 2, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em 18 de julho de 2020.

OLIBONI, Samara Pereira. **O Bullying como violência velada: A percepção e ação dos professores**. 2008. 110 f. TCC (Mestrado) - Programa de Pós graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2259/Samara%20Pereira%20Oliboni.pdf?sequence=1>> Acesso em 06 de abril de 2021.

OLIVEIRA, João F.. **A construção coletiva do Projeto político-pedagógico da escola**. Salto para o futuro, Brasília, v. 1, n.1, p. 1-3, 2005. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufscar/file.php/1/gestores/planejamento/pdf/u1\\_saibamais2.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufscar/file.php/1/gestores/planejamento/pdf/u1_saibamais2.pdf). Acesso em 06 de julho de 2020.

PEDROSO, Leyberson. **ECA 25 anos: confira a linha do tempo sobre os direitos da criança e do adolescente**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/eca-25-anos-linha-do-tempo-direitos-criancas-e-adolescentes>> . Acesso em 09 de abril de 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática. Novos marcos para a educação de qualidade**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em 24 de Julho de 2020.